



Brincar com (a) propriedade: crianças em movimentos de ocupação

Raissa Menezes de Oliveira

Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, Brasília, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-3439-594X>

Antonádia Monteiro Borges

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-2403-8869>

Todas as perguntas não respondidas da infância precisam finalmente ser passadas para a cidade e respondidas lá. Heróis e bichos-papões, valores e desgostos são primeiro encontrados e rotulados nesse ambiente inicial. Em anos posteriores, eles mudam de face, lugar e, talvez, raça, tática, intensidade e objetivo, mas por baixo dessas máscaras penetráveis eles usam para sempre os rostos com capuz da infância.

Maya Angelou¹

Apresentando um ensaio alegórico

Este artigo se desenrola como um ensaio alegórico, que coaduna experiências de pesquisa de cunho etnográfico e diálogos com a literatura sobre a infância em movimentos sociais de luta por moradia. Para tal, analisamos um movimento de contracultura no Mercado Sul Vive² (MSV), na região periférica de Taguatinga³, Distrito Federal, Brasil, ocupado por coletivos culturais e famílias trabalhadoras, na luta por espaços de trabalho e moradia desde 2015.

Brincar com a propriedade é uma expressão que pretendemos abordar a partir de suas várias acepções. Por um lado, as crianças se encontram para brincar nos imóveis ocupados pelo movimento. Veremos adiante, no entanto, que quando desenham e constroem suas casinhas de brinquedo e negociam quem pode ou não nelas morar, elas contestam a propriedade privada e expressam suas teorias políticas. A partir das brincadeiras de crianças não proprietárias, vemos desafiados os limites do possível e contestadas as desigualdades históricas. Ao longo do texto, traremos algumas dessas alegorias a fim de explorar a formação ética, estética e política das crianças com quem pesquisamos.

Nas seções que se seguem, abordaremos o mundo das brincadeiras das crianças em sua relação com a crítica que adultos ao seu redor fazem à opressão do trabalho alienante, que as priva de tempo para cultivar suas liberdades e, por consequência, crianças confiantes para um futuro sem opressão. Em seguida, recuperaremos a relação da história do MSV com a luta pelo próprio território e a insegurança fundiária que o marca. A partir de um evento crítico (DAS, 1995) sobre o fornecimento de água para o lugar, realçamos a forma sensorial como as crianças participam da vida política e aprendem sobre a desigualdade (PIEROBON, 2021). Por fim, a partir de uma brincadeira de casinha, recuperaremos como as crianças compreendem o direito daqueles que ocupam um território em oposição à ideia de propriedade privada.

1 A presente tradução foi retirada de Angelou (2018, p. 35).

2 Trata-se um conjunto de coletivos artísticos que busca recuperar a função social e popular do Mercado Sul, local composto por diversas lojas e que foi construído, na década de 1950, e destinado ao comércio e abastecimento da região. Na década de 1980, com a chegada das grandes redes de mercado na cidade, os comerciantes locais foram falindo e o Mercado Sul caiu no descaso daquele que se diz seu proprietário. Ele vendeu algumas lojas de maneira informal e passou a alugar outras para fins de depósitos, oficinas e moradias precárias. Desde então, grupos culturais que lutam por espaços públicos na cidade, onde possam trabalhar e se apresentar, assim como famílias de baixa renda atingidas pela gentrificação da cidade, passaram a frequentar o local, criando uma mobilização comunitária que em 2015 deu resultado a ocupação de oito lojas.

3 Taguatinga é uma região administrativa do Distrito Federal brasileiro com 222 mil habitantes (COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, 2016).

Pretendemos com este artigo contribuir para a construção de meios intelectuais capazes de integrar às nossas análises a perspectiva das crianças acerca da composição de seus mundos para um entendimento de suas reivindicações por moradia que não reduzam o teto a um confinamento político ofertado como recompensa a quem demonstrar modos de vida aceitáveis⁴.

Cenas de intensificação: teoria e método na pesquisa com crianças

A partir do convívio lúdico com crianças do MSV, que têm entre quatro e 11 anos de idade, procuramos entender sua participação na construção de um território e de uma ontologia autônoma (BELISÁRIO; BORGES, 2018). Para trazer reflexões teóricas das crianças e de outros intelectuais que se dedicam ao tema, alguns acadêmicos e outros distantes dos muros universitários, partimos de cenas do trabalho de campo realizado desde 2015 e que se estendeu pela pandemia, associadas às nossas experiências como docentes com ativismo político junto aos movimentos sociais de luta por moradia (SHABEL; GOBBI, 2018).

Tratadas nas brincadeiras como “café-com-leite”⁵, nós, professoras universitárias, nunca fomos proibidas de brincar. Para os bons jogadores, subentendia-se que de nós não deveria ser cobrado o que se esperava dos *experts* (BELISÁRIO, 2016). *Das expertises fundamentais, faltava-nos o entendimento do significado pleno e incorporado nos gestos mais sutis, do significado de nascer e crescer com o corpo imerso em uma ocupação cultural, que mescla luta por moradia com luta por uma vida criativa e livre. Esse engajamento dos sujeitos em constante pesquisa sobre o mundo em que vivem e a construção incessante de hipóteses sobre essa mesma vida é o que chamamos de etnografia popular* (BORGES, 2009): *um processo de criação teórica e política em que o letramento acadêmico não é uma condição necessária e tampouco suficiente. Acompanhar de perto a autonomia das brincadeiras e das relações entre as crianças permitiu-nos, como afirmam Rifiotis et al. (2021), estudar as crianças “por si mesmas”, ou “em seus próprios termos”, reconhecendo que elas negociam, transformam regras e hierarquias e criam formas alternativas de aprendizagem e de tensionamento com as convenções próprias do mundo adulto.*

Essa criação constante inspira o que deveria ser marcante e definidor do próprio trabalho etnográfico. A etnografia, mais que um método, como adverte Peirano (2008), é um modo de construção teórica. No nosso caso, essa construção parte de algumas fontes (a formação acadêmica sobre o campo da infância e da política dos movimentos sociais e a formação junto aos ativistas em diversas atividades no MSV) que desembocam em uma forma analítica definida como ensaio alegórico. Ambas as autoras tiveram a experiência de morar por longos períodos no local de suas pesquisas, de ter seus cotidianos nutridos pelas dinâmicas das vidas em ocupações, facilmente negligenciáveis para quem as observa de um *plateau* alheio e distante.

4 Para minuciosos apanhados que discutem o estado da arte dessa área de investigação no Brasil e em países vizinhos, ver especialmente os trabalhos de Silva, Nunes e Macedo (2002), Szulc e Cohn (2012) Cohn (2013) e Machado et al. (2019).

5 “Café-com-leite” é o nome que se dá à criança pequena que está aprendendo a jogar, sem compreender ainda as regras do jogo em sua plenitude. Assim, elas brincam junto com as outras crianças mais velhas, mas elas não são validadas como um jogador comum, não podendo ser punidas caso errem ou perca o jogo, por exemplo.

No entanto, a maior aproximação das pesquisadoras com a vida das crianças do movimento se deu a partir de 2015, quando fomos convidadas a participar das rodas de conversa sobre a educação das crianças. Nesse lugar, que era também um evento, mães, pais, filhas, filhos, cuidadores e educadoras apoiadoras do movimento falávamos sobre memórias da infância, dificuldades no diálogo entre as gerações, discussões sobre negociações de limites e, o mais importante, brincávamos juntos (REIS; ALVIM, 2021). A partir daí, a referência de diálogo permaneceu e era retomada em nossos encontros em ações organizadas com o movimento. Durante o período de férias escolares, o movimento abria os espaços para as crianças conviverem em uma colônia de férias auto-organizada. Por vezes, os adultos propunham atividades, como contação de história e pintura, mas, na maior parte das vezes, as crianças inventavam brincadeiras com os materiais existentes no espaço. Era quando melhor podíamos observar aquilo que lhes importava. Nos últimos anos, as ações consistiram essencialmente em promover espaços seguros de convivalidade para crianças, que, além de todos os enfrentamentos, mais recentemente ficaram extremamente confinadas por causa da pandemia de COVID-19 (GOBBI; DOS ANJOS; VICENTE, 2020).

As pesquisas realizadas com os pequenos são conhecidas por suas estratégias metodológicas múltiplas para darem conta do dinamismo do universo infantil (RIFIOTIS et al., 2021). Nossa experiência seguiu essa tendência. A observação participante foi realizada com as crianças em diferentes situações, às vezes sozinhas, outras vezes acompanhadas por familiares, em rodas de conversas, em visitas a órgãos públicos e em suas férias.

Em 2018, as crianças estavam mais conscientes da pesquisa e aceitaram participar de uma breve entrevista individual com perguntas inspiradas em fragmentos de conversas que já havíamos tido. Perguntamos a elas quando conheceram o MSV, o que gostavam ou não dali, que motivos levavam as pessoas a ali se reunirem. Nosso ensaio alegórico traz ao texto fragmentos que chamaremos de cenas de intensificação, isto é, momentos em que se mostra, com nitidez e força, o encontro entre as teorias acadêmicas e as teorias das crianças com quem trabalhamos sobre os temas da brincadeira e da propriedade.

Um desenho popular

Uma casinha, o sol, nuvens no céu, um escorregador, uma pipa, flores e família. Um desenho típico de criança, não fosse Mário não ter uma casa. A rua tem sido o lugar onde mora com sua mãe. Ela trabalhava como guardadora de carros em um local próximo ao MSV. Ambos foram acolhidos pelo movimento cultural e permaneceram por alguns meses em uma das unidades ocupadas. O desenho mencionado foi feito por Mário durante uma roda de conversa ocorrida no ano de 2017, promovida pelo Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Conforme Sousa e Pires (2021) argumentam em seu artigo sobre o desenho como técnica da pesquisa etnográfica, é imprescindível descrever o processo de produção do desenho. Nesse caso, o uso do desenho não foi diretamente incentivado pelos adultos. Havia adultos na ocupação que conversavam a respeito da conjuntura dos direitos das crianças naquele período no Distrito Federal. Mário e sua mãe chegaram e se depararam com a reunião acontecendo. Ela se sentou para participar enquanto ele, vendo as cartolinas e canetões no chão, decidiu desenhar. A família foi colocada acima da casa: Mário é o menor e está entre sua mãe e o irmão mais velho, assassinado meses antes, aos 14 anos. Estão juntos, no céu. Um escorregador liga o céu à casa. As flores, as árvores, os brinquedos e o coração na parede da casa sugerem amor, alegria e brincadeiras.

É possível afirmar que desenhar é um tipo de brincadeira. As crianças dizem: “Vamos brincar de desenhar?”. Na brincadeira, o desenho pode representar algo ou permitir, de forma única, combinações criativas, atualizações de desejos e sentimentos. No trabalho antropológico feito com crianças, o desenho se impõe como um elemento que sustenta tanto a relação entre a pesquisadora adulta e as crianças quanto das crianças entre si; é capaz de suscitar diálogos imaginativos, para além de um suposto estoque contido na imagem registrada, auxiliando a construção retórica lúdica e imagética de suas percepções (SOUSA; PIRES, 2021). O sentido do que vai sobre o papel, nesses casos, expande-se com o aprofundamento dos laços, com as idas e vindas ao/do tema, para além da referencialidade dos desenhos e seus significados unívocos, em direção ao prazer da brincadeira, de que nos recordam Huizinga (2008) e Brougère (2002).

A casa, que não existe, está ali. O irmão, que não está mais vivo, continua presente. Por conta de nosso convívio de longa data, sabemos que Mário elegeu quem ocuparia aquela folha colorida. Ali não estavam pessoas com as quais houve rompimento de vínculos. Os dois irmãos de Mário (que moram com a avó), as irmãs de sua mãe, os primos e o pai, que vez ou outra eram mencionados em nossas conversas, estavam ausentes do quadro. A mãe de Mário se emocionava ao dizer que o filho sempre foi apegado a ela, que preferia morar com ela, ainda que fosse na rua. Entre suas idas e vindas da rede assistencial, na busca de um auxílio aluguel, ela informava quando levava Mário à escola e o buscava, reivindicando agendamentos que não colidissem com esses horários.

Apesar dessas evidências, a exemplo do que argumenta Fonseca (2013), a fala da mãe era colocada em dúvida. Dela, os agentes do Estado sublinhavam (i) a incapacidade de uma mulher guardadora de carros cuidar de uma criança e (ii) a inadequação do trabalho e do ambiente em que se desenrolava seu dia a dia (ruas e estacionamentos), atentos a deslizos que a incapacitassem como mãe adequada e tornassem sua criança disponível para a tutela estatal.

Mário nos mostra, com o desenho, que sua família é uma construção que conta com sua participação ativa, e não um escaninho prévio no qual ele se encaixaria a partir de critérios detratores de sua agência (GOLDBERG; FROTA, 2018); que, mesmo sendo criança, escolhe morar com a mãe e seu irmão em uma casa que tanto existe quanto inexistente. Ademais, seu conceito de família permite a presença de vivos e mortos, outra vez, ausências e presenças, em um arranjo que não se curva às convenções mais usuais sobre a constituição da realidade (TAMBIAH, 1990). Ao tempo que advogam ser a rua e tantos outros lugares marginais, periféricos, fronteiros, como inadequados para qualquer criança viver, o Estado e o modelo econômico atual possibilitam um acesso à moradia, educação e saúde para as crianças e suas famílias limitado e orientado por lógicas de segregação e projetos de branquidade (PATERNIANI, 2016).

Sabemos que a maioria das famílias que participa de movimentos por terra e moradia é formada por mulheres, jovens e crianças (BORGES, 2013). Ainda assim, a especificidade das famílias é ignorada na elaboração e execução de políticas públicas ou nas decisões judiciais, orientadas por discursos ambivalentes, ora valorizando a naturalidade dos laços biológicos de família, ora rompendo-os em nome do “bem-estar” da criança (FONSECA, 2015). Ao se imporem fronteiras de legalidade e ilegalidade para o que existe no mundo, punem-se, por exemplo, uma mãe guardadora de carros e seu filho por sua suposta inadequação a um projeto de futuro para a criança. A experiência de crianças que vivem a luta por moradia permite-nos uma reorientação ética acerca de ideários políticos futuros, pois elas são excluídas por princípio, menosprezando-se suas experiências e seu poder contestador ou promovendo-se sua aniquilação por diversos meios (SHABEL; GOBBI, 2018).

Com o denso desenho de Mário, queremos apontar a lacuna entre a previsão legal (acerca de direitos, políticas públicas para a infância, para a promoção da igualdade de gênero, entre outras) e o cotidiano de quem vive às margens dos programas habitacionais classistas, segregacionistas e das casas consideradas adequadas para a criança viver com sua família. Seu desenho levou para o centro da roda, onde adultos conversavam sobre direitos das crianças, o tema do assassinato de seu irmão, tal como as mães de Peixinhos, nos estudos de Morawska (2018), que, por meio da memória, invocavam a presença de seus filhos, agindo assim contra o cemitério de estatísticas da violência letal. A brincadeira trouxe a público o seu luto e o de sua mãe, uma dor que, muitas vezes, é invisibilizada.

Imaginário popular

Lauã nos conta que o início do MSV se deu antes de as crianças nascerem, referindo-se a si mesmo e a seus amigos. Eles frequentam o Beco desde quando estavam na barriagem de suas mães. Essas últimas conheceram o local na adolescência, quando iniciaram sua formação no teatro popular. Nem todas as crianças moram no Beco – alinha mais usada pelas crianças para se referirem ao MSV –, mas o frequentam, seja porque seus pais ali trabalham, seja por ser um lugar de convivência, amizade e ajuda mútua entre trabalhadoras da cultura.

Lauã, de 11 anos, entende que as pessoas estão ali para lutar contra as injustiças e o preconceito contra mulheres e negros. Ele descreve o MSV como um lugar em que todo mundo vive junto, as casas são grudadas e têm muitas plantas. Chiquinho, de 6 anos, diz que as casas são velhas e, por isso, têm fantasmas. Os fantasmas povoam os mundos das crianças do Beco⁶.

As crianças participam de oficinas de teatro e de música e de apresentações artísticas que acontecem frequentemente. Lauã contou de quando apresentaram a peça do circo, em que ele era o ventríloquo e Chico era o palhaço. Segundo ele, “a diferença entre teatro e brincadeira é que, no teatro, você tem de interpretar de acordo com o combinado e, na brincadeira, você pode inventar”.

No entanto, o teatro pode surgir de uma brincadeira. Marina, de 10 anos, estava brincando com os bonecos de mamulengo com sua amiga Teresa, da mesma idade, e inventaram uma história. As meninas ensaiaram e fizeram uma apresentação em uma Kombi antiga, montando o palco dos bonecos no porta-malas. Era a história de uma moça que adorava dançar forró. Seu namorado ciumento não a deixava dançar. No final, depois de uma briga entre dois de seus pretendentes, a moça resolve seguir solteira e feliz.

Helena tem 11 anos. Conta que chegou no MSV por volta dos seis anos. Ela descreve o Beco como colorido, legal, um lugar de cultura e onde não há preconceito. Quando perguntada sobre o que é preconceito, explica que é quando não gostam da pessoa por uma característica: “Tipo o pessoal que vem de fora”, disse-nos em referência aos malabaristas oriundos de outros países latino-americanos, como a Venezuela.

6 Borges (2015) discute o apreço de crianças e jovens por obras de ficção do gênero terror nos contextos de suas pesquisas.

Em resposta às perguntas que fizemos, inspiradas em fragmentos de conversas que surgiam quando juntos em alguma atividade, as crianças também nos alertam que nem sempre o MSV é tão legal: “Às vezes, só tem adulto e é chato”. Mas ter adulto não é chato em si. O que Luciano, de 10 anos, mais gosta de fazer é ficar sentado na oficina do Virgílio – um artesão de mais de 60 anos – sem fazer nada, ouvindo histórias e contando as suas. Luciano e Virgílio costumavam disputar quem é o mais chato, se Virgílio ou Fulano. Virgílio se frustra por ficar sempre em segundo lugar. Quando brinca, Virgílio tenta fazer com que nós e as crianças reflitam: “Quem parece chato de verdade pode estar sendo chato só de mentirinha? Pode estar brincando de ser chato. Será que antes de se tornarem adultos, essas pessoas eram crianças chatas? É possível ficar velho e não se tornar chato? Viver no Beco pode ajudar a ser menos chato?”.

No MSV, os adultos entram na brincadeira, assim como o vemos em Belisário (2016). Durante seu trabalho de campo em um acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o autor encontrou mães que participavam de brincadeiras e diziam também “ser criança”. Virgílio é um desses adultos. Exímio contador de histórias, ofende-se quando as pessoas o levam a sério. Em sua oficina, constrói uma infinidade de coisas reutilizando papelão e saco de cimento – desde cenário para teatro até móveis para casa. Em vez de se curvarem à paisagem arruinada associada a esses sacos de cimento vazios, Virgílio e as crianças criam a possibilidade de reversão da destruição por ousarem “outras formas de analisar a natureza da matéria, da materialidade e do movimento” (POVINELLI, 2019, p. 121, tradução nossa)⁷. Os pequenos sempre se perguntam o que mais dá para fazer com papelão e logo começam a pensar em como seria se o mundo todo fosse feito de papelão. Daí saltam para a ideia de um mundo feito todo de chocolate! Recusam o confinamento de sua imaginação. Nessas horas, perguntam-nos: “Do que você queria que o mundo fosse feito?”.

As crianças do MSV possuem acesso a um espaço-tempo que provoca os sentidos e o corpo. Lá, a maioria dos adultos trabalha com algum tipo de fazer artístico; apesar das dificuldades financeiras que enfrentam, cultivam o apreço à produção do lúdico em oposição ao que chamam de fazer repetitivo e alienante, submetidos às ordens de um chefe, em um emprego fichado. Diferentemente de crianças sacadas de forma violenta do “mundo das nuvens” para o mundo do trabalho, por vezes análogo à escravidão, as crianças do Beco brincam por mais tempo, às vezes por décadas a fio, como Virgílio. A hegemonia da brincadeira no meio da rua afugenta o sentimento de inadequação ao mundo, de corpo frágil impedido de correr diante da voracidade do carro-máquina em alta velocidade.

Se, como nos dizem elas mesmas, o que as crianças mais fazem é inventar suas brincadeiras, não podemos deixar de notar que elas constroem suas narrativas medindo a altura e o formato dos prédios, observando a velocidade dos carros, o uso da rua, a potencialidade de um saco de cimento, de uma caixa de papelão, fantasiando um jeito de o mundo ser mais legal para elas e para adultos que queiram brincar (BORGES, 2010).

No entendimento dos ativistas culturais do MSV, a experiência lúdica seria capaz de ampliar nossa relação com a realidade e nossa potência de atuação nela. Essa é também a aposta feita por Nagar (2019) quando faz uso do teatro político em sua produção acadêmica, não como técnica de pesquisa, mas como forma de compor o que chama de solidariedade situada, em que todas as pessoas em relação tornam-se vulneráveis

7 No original: “other ways of analysing the very nature of matter, materiality and movement”.

a partir das dinâmicas propostas, abrindo caminho para uma qualidade distinta de relação e de produção de conhecimento, também chamada de afetos epistêmicos (STODULKA; SELIM; MATTES, 2018). As ativistas do MSV sabem que nem todos possuem o privilégio de experimentar a busca por justiça poética e social. Frisam que tal impedimento nem sempre se deve a carências e constrangimentos materiais, como a fome ou a pobreza (NAGAR, 2019). Por isso, empenham-se incessantemente para garantir às crianças esse direito.

Quando um movimento cultural se torna luta por um lugar para viver

O MSV é formado por dois becos paralelos e intercalados entre construções cubículas, enfileiradas como bloquinhos de brinquedo, em uma extensão de 50 metros. Um dos becos em que acontecem as histórias narradas pelas crianças neste artigo é o Beco da Cultura. Essa nomeação vem da história contada pelos adultos do movimento, que transformaram um local antes visto como abandonado e perigoso em um ambiente movimentado, colorido e de acesso franqueado a artistas sem espaço para trabalhar.

A gleba original de 2.500 m² nunca foi fracionada nos devidos órgãos públicos, por isso, em última instância, a escritura de todo o MSV permanece no nome do proprietário original e de seus herdeiros. Ao longo dos anos, o terreno foi dividido em pequenos lotes, vendidos por meio de um acordo entre as partes interessadas, assinado em documentos sem valor jurídico, conhecidos como contratos de gaveta ou escritura em papel de pão. O histórico das sucessivas ocupações dos terrenos e lojas é inacessível, o que permite aos herdeiros do antigo proprietário cobrar aluguéis e solicitar a reintegração de posse contra o movimento de ocupação.

O conjunto arquitetônico construído no fim da década de 50 era destinado ao abastecimento da cidade: uma feira em que se encontrava de tudo. Com a vinda dos grandes mercados e *shoppings* para a cidade de Taguatinga, esse tipo de comércio local foi se enfraquecendo (TONETE, 2015; BRANDÃO, 2016). Na década de 80, o local se tornou palco de uma vida noturna agitada, com casas de shows e uma dinâmica que ajudou a construir a identidade de contracultura para o futuro Beco. Aos poucos, essa fase também passou e hoje, além dos grupos de cultura, o MSV é composto por oficinas de costura, lanternagem, serralheria, panificadora, igrejas protestantes e moradias de aluguel com contratos precários e moradores sempre às margens do despejo.

Nos anos 90, mestre Dico alugou uma loja para desenvolver seu ofício de *luthier*. Mais tarde, já nos anos 2000, o mamulengueiro Chico Simões, em outra loja, passou a oferecer aulas de teatro. Assim começou a crescer a circulação de profissionais, de jovens em formação e de um público apreciador da cultura popular. Mais tarde, Virgílio Mota alugou uma loja para sua moradia e oficina com sacos de cimento. Essa história e esses personagens aparecem com recorrência quando as pessoas são convidadas a traçar uma trajetória que justifique a importância daquele lugar e de seus próprios propósitos ali.

O movimento cultural que se concentrava no Beco da Cultura foi crescendo até chegar ao Outro Beco, e o processo de ocupação se radicalizou. Se as histórias e brincadeiras que as crianças nos contam acontecem no Beco da Cultura, não devemos deixar de mencionar esse Outro Beco, que vive um processo intenso de disputa fundiária desde 2015.

A geração de jovens que se formou a partir da participação nas atividades de formação artística criou seus próprios coletivos. Eles tentaram, sem sucesso, alugar uma loja nesse Outro Beco para desenvolverem seus projetos. As práticas do homem que cobrava o aluguel das lojas de estruturas precaríssimas mostraram-se abusivas e a duvidosa legalidade de seus contratos tornou a situação inviável. Muitas lojas estavam há décadas sem alugar por conta da falta de condições físicas. Não eram sequer ocupadas por famílias que dependiam do aluguel baixo e que se submetiam às condições precárias dada a expulsão velada decorrente da gentrificação relacionada ao crescimento econômico de Taguatinga e ao valor que a atividade dos primeiros artistas agregava ao local.

As crianças foram e são parte ativa nesse processo de ocupação viva. Nos primeiros anos, muitos integrantes do movimento cultural moraram com as crianças nos espaços, garantindo o funcionamento e a segurança do local. Tal dinâmica sofre influência do calendário escolar, da situação conjugal dos responsáveis pelas crianças, das redes de apoio e da condição econômica muito variável das famílias, às vezes com meios para pagar um aluguel, às vezes carentes de um abrigo temporário. A forma como as crianças ocupam o espaço, embora contínua, nunca foi linear. A circulação delas nos Becos tem uma dinâmica própria (FONSECA, 1995), pois a responsabilidade sobre as crianças flui, ou é transferida, de um adulto para outro, permitindo que elas encontrem, ao longo da jornada, outras figuras cuidadoras, além da mãe e do pai, que, por sua vez, podem se dedicar a outras criações que não a de seus próprios filhos – expandindo ao infinito, como dito anteriormente, as possibilidades de composição do que é família e de quem a ela pertence.

Na sua casa, a água acaba?

Entre as várias experiências-limite e de limites pelas quais passam adultos e crianças que moram na ocupação, a mais crucial diz respeito à água (PIEROBON, 2021). O fornecimento de água da ocupação foi cortado no primeiro semestre de 2017 em uma operação de “caça a gatos”⁸, realizada pelo governo distrital, em meio ao que se convencionou chamar, naquela época, de crise hídrica. Dezenas de provimentos irregulares encontrados nos Becos, “gatos” ditos históricos, com mais de 30 anos, foram cortados. No MSV, os fiscais fizeram seu trabalho acompanhados pela imprensa local. A operação estampou capas de jornais com tom criminalizador. Ainda em 2015, o movimento, auxiliado pela Assessoria Jurídica Popular, tentou regularizar o fornecimento de água nas lojas ocupadas. A Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal respondeu que seria preciso quitar dívidas antigas, cujo valor excedia a solvência financeira dos ocupantes.

Após reiteradas tentativas de negociação, a resposta foi que só seria possível instalar um novo hidrômetro se os solicitantes apresentassem um comprovante de posse regular, como um contrato de aluguel, o que era impossível por se tratar de uma ocupação. A cada etapa vencida na negociação, um novo enigma se apresentava, reiterando a sensação de viverem uma corrida de obstáculos pensada para exauri-los até abandonarem tudo, dando a entender que optaram por dali se mudarem “espontaneamente” (BORGES, 2012).

8 “Gato” é a expressão utilizada para o acesso irregular a serviços básicos como água encanada e energia elétrica de maneira que as pessoas não paguem por eles a uma empresa. Dessa forma, a operação “caça a gatos” consiste na ação dos órgãos fiscalizadores para a busca e corte das ligações irregulares.

Em uma das idas à Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb), Júnior, de cinco anos, e Diana, de três, nos acompanharam. Sua mãe não tinha com quem deixar os pequenos. As crianças comiam pão com manteiga e tomavam café com leite na porta de casa enquanto esperávamos chegar o integrante do movimento que nos daria uma carona. No caminho, Júnior não tirava os olhos da janela e comentou que o carro da polícia aparecia muitas vezes. O tema despertou Diana, conhecida como Didi, que se voltou para nós recordando-se de um acontecimento marcante. Em uma das últimas vezes em que tínhamos nos visto, uma mulher entrara no espaço da ocupação com a cabeça sangrando. Crianças em ocupação presenciam e participam de embates com a polícia que, não raramente, se dão com derramamento de sangue.

Diana: — Você lembra aquele dia, tia? — voltando-se para a pesquisadora.

Júnior: — Você lembra, Didi, que você me disse que tinha muito sangue? Que tinha até no chão! — completou seu irmão, um pouco exaltado.

Júnior não tinha visto a cena, mas sua irmã havia lhe contado com detalhes. Sua mãe asseverou que é muito errado bater em mulher: “Entendeu, Didi? Entendeu, Júnior?”. Ela se preocupava com a forma alvoroçada como Júnior reagia a essa história. Didi disse que rezava para que o casal não brigasse mais.

Chegando na guarita para entrar na empresa, os adultos tiveram de se identificar, apresentar a carteira de identidade, tirar foto, pegar o cartão magnético e passar pela catraca. Não queriam deixar uma das mulheres entrar porque estava vestindo uma saia curta. Ela usou um lenço grande para cobrir as pernas até o joelho. As crianças brincavam enquanto aguardavam o processo de adequação e identificação dos adultos. Davam a volta na catraca, passavam por baixo e voltavam. Burlavam, por um instante, as barreiras que as afugentavam, aprendendo de forma sensorial o processo simultâneo de estabelecimento de fronteiras e de sua derrubada (DAVISA; SCHAEFFER, 2019). Quando conseguimos nos dirigir ao prédio, Júnior viu uma torneira no gramado e saiu correndo:

Júnior: — Olha, é aqui que tá a água!

Mãe: — Volta aqui, menino! Não é por aí, não. Não tem água aí não! Ô meu Deus... — disse a mãe, constrangida.

O filho, a caminhar sobre o gramado verde, ignorava, com sua brincadeira, mais uma proibição: o aviso de que era proibido pisar na grama.

Andamos ainda um pouco, pedimos informação sobre a sala e esperamos o advogado apoiador do movimento chegar. Alguém ficou com as crianças na sala de espera, pedindo-lhes que falassem baixo, que não sentassem no chão, afinal, ali não era sua casa. Mais interdições.

Na saída da reunião, Júnior perguntou aos adultos se haviam conseguido a água.

Mãe: — Não, Júnior, ainda não deu certo.

Júnior: — Por quê?

Pesquisadora: — Eles não querem ligar porque a gente está em uma ocupação e eles acham isso errado.

Júnior: — Ué, se a casa fosse nossa, a gente ia ter água? Na sua casa não acaba a água, tia? — perguntou dirigindo-se a uma de nós.

Pesquisadora: — Não...

Aos poucos, e na relação com os adultos, com a cidade e com as instituições, Júnior e Didi constroem seus olhares diante daquilo que presenciaram: as siglas intrincadas, os carros da polícia, uma cena de violência doméstica, a água que chega para uns e não para outros, experimentando ser a ideia de igualdade entre todos inverossímil antes mesmo de se impor como parâmetro de normalidade (AZEVEDO; TÂNGARA; FLANDES, 2020). Embora as crianças percebam essas diferenças e muitas outras – como entre as pessoas que apenas frequentam o MSV, mas ali não moram e possuem outra forma de se vestir, de falar e de cor de pele –, de forma geral, elas não leem o racismo e outros preconceitos por meio da chave da legalidade da propriedade, do contrato (GONZALEZ, 1984). Elas não se dão conta da diferença entre as lojas que são alugadas e as ocupadas. A ideia de propriedade, de ter direito por ser dono, de estar vulnerável por não possuir um contrato, de alguém poder decidir se vai ter água na sua casa é algo que vai se construindo aos poucos como dado irrefutável, a partir do qual adultos apreciavam o que é real e o que não é.

Como observa Angelou (2018), na epígrafe deste artigo, as perguntas das crianças não desaparecem quando não são respondidas. Seu entendimento da luta por moradia vai se fazendo com ditos e não-ditos. Em suas brincadeiras, podemos vê-las negociando os elementos que importam e que estão em jogo em seu cotidiano como crianças não proprietárias, a exemplo dos temas trazidos em batalhas de rimas, estudados por Oliveira (2007), na Maré, no Rio de Janeiro. Nelas, vemos como a problemática da casa e da moradia vai se desdobrando, com o tempo, em experiências de frustração, mas também em outras de autoafirmação.

Brincando de casinha, construindo comunidades

Partes de um varal de chão desmontado, peças de papelão coladas com pedaços de um banner, almofadas de um antigo sofá, mesa e panos compunham a maior parte do material que as crianças usaram para montar suas casinhas. A brincadeira começou a partir do encontro desses materiais depositados no espaço em que fazíamos atividades lúdicas. Não havia material para cada um montar a sua, embora o espaço fosse amplo. Gustavo, o menino mais velho, levou a competição para ver quem montava a melhor casa muito a sério – queria montar a maior casa só para ele e conseguiu pegar a maior parte dos materiais disponíveis depois de alguma briga.

Gustavo, em vários momentos, teve de incluir os outros.

Marina: — Ele não pode ficar com tudo... É tudo de todo mundo, não é, tia?

Pesquisadora: — É, todo mundo aqui tem de conseguir brincar — repetindo uma espécie de mantra que as próprias crianças sempre entoavam.

Como que em diálogo com Huizinga (2008), é de entendimento comum que a brincadeira precisa de regras para funcionar, e essas regras são negociadas ao longo da brincadeira, de maneira que permaneçam fluidas, caso contrário, a brincadeira acaba. Gustavo estava muito obstinado em construir a melhor casa, mas a atitude de pegar para si a maior parte dos materiais foi vista como injusta. Era preciso dividir, senão não tinha como brincar. Ele aceitou abrir mão de alguns materiais e, aos poucos, foi percebendo que não tinha como fazer todas as regras e que não iria participar da brincadeira se continuasse com a casa só para si.

Gustavo: — Tá bom, eu deixo os outros entrarem, menos o meu irmão.

Quando os outros entraram, o irmão Marcelo também entrou. O conflito voltava a se repetir, e todo mundo era obrigado por Gustavo a sair da casa dele. Gustavo queria estabelecer as regras dentro da sua casa, porém seu irmão Marcelo não conseguia seguir regra alguma.

Gustavo: — Tia, eu entendo que é tudo de todo mundo, mas eu posso ter pelo menos uma coisa, só uma coisa que seja só minha?

Pesquisadora: — Pode. O que você gostaria que fosse só seu?

Antes que conseguisse responder, Gustavo foi resolver a questão com o próprio irmão. Marcelo não queria morar sozinho, ele queria se entrosar, mas não conseguia propor suas ideias e acabava forçando sua participação no grupo, seguindo as outras crianças aonde elas iam, o que o afastava mais do grupo. Marcelo só conseguiu ficar satisfeito quando uma de nós lhe emprestou a câmera fotográfica e saímos para registrar o que o chamava sua atenção no Beco: os grafites nas paredes, os gatos dormindo na soleira da janela, as plantas e os trabalhadores de uma empresa de telefonia que desciam abaixo do nível da rua através de um buraco no chão. Sob nossos pés, um emaranhado de tubulações ocupava e fazia uso do subsolo de forma autorizada.

As outras crianças, ao contrário de Gustavo, conseguiam ressignificar os cantinhos, mesmo sem muito material. Era a imaginação e as parcerias que tornavam tudo atrativo. Quase sempre havia como incluir mais alguém. Faziam suas casinhas embaixo da mesa e sempre inventavam papéis – quase sempre de relações familiares – para brincarem juntos. Foi Antônia quem teve a ideia de pedir que um dos meninos fosse seu marido, embora reclamasse de seu cheiro de xixi. Ela gostava de brincar com o fogão de brinquedo produzido na oficina de Virgílio. Preparava *sushis*, *feitos de pequenos blocos de madeira e coloridas letras de EVA*, o que encantava as outras crianças.

A negociação entre crianças sobre quem construiu a casa e nela vai morar é uma discussão sobre quem pode nela brincar. Alguém reivindicando a propriedade exclusiva da casa acaba com a brincadeira. O “é meu” ou mesmo o “só pode brincar quem ajudou a construir” quebra a fluidez da brincadeira. Já as possibilidades de inclusão são muitas. A criatividade dá espaço ao espaço. As soluções encontradas, embora não incluam todos, tampouco são permanentes. Uma hora a brincadeira tem de acabar, a casinha é desmontada e, no dia seguinte, pode ser reerguida. As regras são retomadas e renegociadas. É a impermanência que permite que as diferenças sejam diminuídas, que as posições sejam transitórias, que as crianças não sejam uma única e só coisa, e tampouco que se confundam com tal coisa.

Conclusão

Em suas brincadeiras, a experiência das crianças que crescem em meio a movimentos como esses que estudamos é marcada por usos do espaço que dão corpo aos seus entendimentos de cidade, de casa e de família, bem como do que implica a propriedade privada, a violência estatal e as redes de proteção comunitárias na constituição das pessoas que almejam “ter um teto”.

As brincadeiras das crianças possuem muitas correspondências com as discussões sobre o direito à terra, à moradia e à propriedade levadas a cabo pelos adultos em rodas de conversa das quais os pequenos participam (MILSTEIN, 2010). Os adultos que fazem parte dos movimentos mencionados dão atenção ao tipo de conhecimento que

as crianças produzem. Esse tipo de apreço ao protagonismo das crianças também se verifica em outras experiências de coletivização do cuidado infantil em organizações sociais (SANTILLÁN, 2019). Uma etnografia popular permite aceder aos modos de transformação cunhados por pessoas espoliadas de agência pelos sistemas cognitivos e punitivos do Estado e mesmo acadêmicos, tal como a teoria etnográfica elaborada por crianças que brincam em meio a lutas por lugares para viver (BORGES, 2009; PEIRANO, 2008).

Uma analogia plausível afirmaria que o Estado e o capitalismo quebram a fluidez de possíveis negociações quando pegam a maior parte dos materiais disponíveis para construir suas propriedades, estabelecendo as regras de como as propriedades devem funcionar, atribuindo-as para si, para sua família, mesmo quando não ocupadas (SHABEL, 2019). O “é meu” é inegociável, imutável e independe da presença viva dos sujeitos. O que os movimentos sociais por direito à terra e à moradia procuram estabelecer são regras em que mais pessoas e famílias possam ser incluídas sempre que essas pessoas surjam com suas demandas por um lugar para viver, no espírito do que afirmam e reivindicam as crianças: todo mundo tem de conseguir brincar.

No MSV, morreu há anos o homem que um dia recebeu a propriedade do terreno. Seus herdeiros deixaram o lugar deteriorar, mas assim que o movimento iniciou a ocupação, foram, tal qual Gustavo na brincadeira, reclamar na Justiça que as lojas eram suas. Os moradores, ocupantes e locatários têm receio de um dia terem de sair daquele lugar onde constituíram suas vidas; onde algumas mulheres que ali criaram seus filhos hoje criam seus netos. As pessoas que compraram lojas sem a escritura têm receio de que o Estado não aceite seus documentos como regulares, como ocorreu na Caesb quando fomos reivindicar a volta do fornecimento de água.

O movimento cultural, por sua vez, luta para que todos que ali vivem continuem tendo onde se abrigar, que tenham onde criar seus filhos e fazer sua arte, seu trabalho, sua brincadeira. Em suma, deseja dar continuidade à história de um território de produção cultural e popular e garantir que não se transforme em mais um grande empreendimento lucrativo e especulativo como foi o destino dos outros terrenos que cercam o MSV. Tal como nas brincadeiras de casinha, sabem que precisam inventar regras para que mais pessoas consigam ter onde morar e viver. De alguma forma, o conceito de propriedade precisa ser contestado.

Sabemos que a casa tem lugar central nas brincadeiras e nos desenhos das crianças. As casas, como vimos no desenho de Mário, assim como as famílias, não existem isoladamente (GIBIM; PIMENTA; FINCO, 2020). A casa tem inscrições, está cercada de pessoas e outros entes com história, importantes, de quem se precisa cuidar para que continuem a existir como parte da família, como seu falecido irmão. Ao brincarem de casinha, as crianças não reivindicam qualquer casa, mas aquela que abrigue sonhos e mais brincadeiras. Uma casa que dá cabo à brincadeira acaba com tudo.

Se podemos falar de uma produção cultural das crianças quando realizam suas atividades lúdicas, podemos falar também de um tipo de atuação política delas nas formas de organizarem relações de poder e de negociarem regras coletivas; ao representarem suas casas, suas famílias; ao encararem a injustiça de pessoas sendo maltratadas ou de algumas terem água e outras não. O envolvimento das crianças que moram ou frequentam o MSV em atividades artísticas ou em suas brincadeiras cotidianas é um experimento constante de outros mundos melhores de se viver, porque comprometidos com a alegria e abertos à acomodação das inevitáveis mudanças que tudo o que é vivo experimenta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANGELOU, M. **Eu sei por que os pássaros cantam na gaiola**. Bauru: Astral Cultural, 2018.
- AZEVEDO, G. A. N.; TÂNGARA, V. R.; FLANDES, A. O habitar das infâncias na cidade: territórios educativos como uma forma de resistência. **Desidades**, n. 28, p. 111-126, 2020.
- BELISÁRIO, G.; BORGES, A. M. Ser criança em movimento: ontologias e alteridade na pesquisa com crianças. **Desidades**, n. 21, p. 83-93, 2018.
- BELISÁRIO, G. **Brincando na terra: tempo, política e faz de conta no acampamento Canaã (MST-DF)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- BORGES, A. M. Explorando a noção de etnografia popular: comparações e transformações a partir dos casos das cidades-satélites brasileiras e das townships sul-africanas. **Cuadernos de Antropología Social**, n. 29, p. 23-42, 2009.
- _____. Pesquisa etnográfica com jovens e crianças na cidade do Recanto das Emas – DF. **Revista Espaço Acadêmico (UEM)**, v. 9, n. 105, p. 20-29, 2010.
- _____. Ser embruxado: notas epistemológicas sobre razão e poder na antropologia. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, v. 12, n. 3, p. 469-488, 2012.
- _____. Mulheres e suas casas: reflexões etnográficas a partir do Brasil e da África do Sul. **Cadernos Pagu**, n. 40, p. 197-227, 2013.
- _____. O terror como subversão: etnografia das narrativas produzidas por jovens do Distrito Federal brasileiro. **Política e Trabalho**, n. 43, p. 149-165, 2015.
- BRANDÃO, F. S. N. **Cidades inteligentes e direito à cidade: a atuação das tecnologias da informação e comunicação na produção de duas perspectivas antagônicas de espaço urbano – o caso da Ocupação Cultural Mercado Sul Vive, Taguatinga, Distrito Federal**. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- BROUGÈRE, G. **Brinquedo e cultura**. São Paulo: Cortez, 2002 (Original de 1995).
- COHN, C. Concepções de infância e infâncias: um estado da arte da antropologia da criança no Brasil. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, v. 13, n. 2, p. 221-244, 2013.
- COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. **Pesquisa distrital por amostra de domicílios (PDAD 2016): região administrativa de Taguatinga (RA III)**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/PDAD-Taguatinga-1.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2019.
- DAS, V. **Critical events: an anthropological perspective on contemporary India**. New Delhi: Oxford University Press, 1995.
- DAVISA, N. R.; SCHAEFFER, J. Troubling troubled waters in elementary science education: politics, ethics & black children's conceptions of water [justice] in the Era of Flint. **Cognition and Instruction**, v. 37, n. 3, p. 367-389, 2019.
- FONSECA, C. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. Lucro, cuidado e parentesco: traçando os limites do “tráfico” de crianças. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, v. 13, n. 2, p. 269-291, 2013.
- _____. A fabricação estatal da indiferença parental: agruras da reintegração familiar. **Revista de Ciências Sociais**, v. 2, n. 43, p. 19-35, jul./dez. 2015.

- GIBIM, A. P. P. G.; PIMENTA, D. D.; FINCO, D. Famílias e as suas dinâmicas de gênero: uma análise a partir dos desenhos infantis. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 7, n. 28, p. 291-308, 2020.
- GOBBI, M. A., DOS ANJOS, C. I.; VICENTE, P. M. Notas sobre pesquisa com crianças em luta por moradia: interpelações do campo, ou, quando o presidente diz: “E daí?”. **Humanidades e Inovação**, v. 7, n. 28, p. 14-29, 2020.
- GOLDBERG, L.; FROTA, A. M. M. C. O desenho infantil como escuta sensível na pesquisa com crianças: inquietude, invenção e transgressão na elaboração do mundo. **Revista de Humanidades**, v. 32, n. 2, p. 172-179, 2018.
- GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje - Anpocs**, p. 223-244, 1984.
- HUIZINGA, J. **Homo Ludens**: o jogo como elemento na cultura. São Paulo: Perspectiva, 2008 (Original de 1938).
- MACHADO, R. C. et al. Do inesperado em etnografia com participação de crianças e jovens. **Revista del Cisen Tramas/Maepova**, v. 7, p. 175-200, 2019.
- MILSTEIN, D. Children as co-researchers in anthropological narratives in education. **Ethnography and Education**, v. 5, n. 1, p. 1-15, 2010.
- MORAWSKA, C. Luto e memória das mães da saudade de Peixinhos. In: MARQUES, A. C.; LEAL, N. S. (Orgs.). **Alquimias do parentesco**: casas, gentes, papéis, territórios. Rio de Janeiro: Gramma; São Paulo: Terceiro Nome, 2018. p. 335-376.
- NAGAR, R. **Hungry translations**: relearning the world through radical vulnerability. Champaign: University of Illinois Press, 2019.
- OLIVEIRA, A. P. Quando se canta o conflito: contribuições para a análise de desafios cantados. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 313-345, jun. 2007.
- PATERNIANI, S. Z. Da branquidade do Estado na ocupação da cidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 9, p. 1-18, 2016.
- PEIRANO, M. Etnografia ou teoria vivida. **Ponto Urbe**, São Paulo, n. 2, p. 1-11, 2008.
- PIEROBON, C. Fazer a água circular: tempo e rotina na batalha pela habitação. **Mana**, v. 27, n. 2, p. 1-31, 2021.
- POVINELLI, E. Driving across settler late liberalism: indigenous ghettos, slums and camps. **Ethnos Journal**, v. 84, n. 1, p. 113-123, 2019.
- REIS, A. V.; ALVIM, M. B. Da cidade fragmentada à cidade como espaço de brincar: a invenção de uma metodologia lúdica de pesquisa. **Desidades**, n. 30, p. 51-68, 2021.
- RIFIOTIS, F. C. et al. A antropologia e as crianças: da consolidação de um campo de estudos aos seus desdobramentos contemporâneos. **Horizontes Antropológicos**, v. 27, n. 60, p. 7-30, 2021.
- SANTILLÁN, L. Nuestro norte son los niños: subjetividades políticas y colectivización del cuidado infantil en organizaciones sociales del Gran Buenos Aires. **Runa**, v. 40, n. 2, 2019.
- SHABEL, P.; GOBBI, M. Infancia en contextos de lucha por la vivienda en Argentina y en Brasil. Entrevista concedida a Beatriz Corsino. **Desidades**, n. 20, p. 47-65, 2018.
- SHABEL, P. Una reunión de niños: construcciones de conocimiento infantil sobre la política en un movimiento social. **Cuadernos de Antropología Social**, n. 49, p. 163-178, 2019.

SILVA, A. L. da.; NUNES, A.; MACEDO A. V. L. S. (Orgs.). **Crianças indígenas: ensaios antropológicos**. São Paulo: Global, 2002.

SOUSA, E. L. de.; PIRES, F. F. Entendeu ou quer que eu desenhe? Os desenhos na pesquisa com crianças e sua inserção nos textos antropológicos. **Horizontes Antropológicos**, v. 27, n. 60, p. 61-93, 2021.

STODULKA, T.; SELIM, N.; MATTES, D. Affective scholarship: doing anthropology with epistemic affects. **Ethos**, v. 46, n. 4, p. 519-536, 2018.

SZULC, A.; COHN, C. Anthropology and childhood in South America: perspectives from Brazil and Argentina. **AnthropoChildren**, v. 1, n. 1, p. 1-17, 2012.

TAMBIAH, S. Multiple orderings of reality: the debate initiated by Levy-Bruhl. In: TAMBIAH, S. **Magic, science, religion, and the scope of rationality**. United Kingdom: Cambridge University Press, 1990. p. 84-111.

TONETE, M. **Mudança de uso do solo e processo de gentrificação: estudo de caso nas quadras industriais de Taguatinga, Distrito Federal**. 2015. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

RESUMO

Este artigo traz reflexões de crianças que, junto com adultos, atuam em movimentos de luta por outro modo de viver e de morar em um território conhecido como Mercado Sul VIVE, em Taguatinga, no Distrito Federal, Brasil. A partir de um trabalho etnográfico acerca de suas brincadeiras, procura-se explorar as potencialidades de suas reflexões e de suas intervenções em um mundo no qual a propriedade privada não ameaça a vida e suas potencialidades. Intenta-se demonstrar a constituição lúdica de sua formação política e o poder transformador da brincadeira diante de violentas experiências de segregação espacial e punição estatal.

Palavras-chave:

crianças, brincadeira, luta por moradia, Mercado Sul VIVE, movimentos contraculturais.

Jugar (con) la propiedad: nin@s en movimientos ocupa

RESUMEN

El artículo trae reflexiones de niñ@s que, junto con adult@s, están involucrados en luchas por otra forma de vivir en un territorio conocido como Mercado Sul VIVE, en Taguatinga, Distrito Federal, Brasil. A partir de un trabajo etnográfico sobre sus juegos, buscamos explorar el potencial de sus reflexiones e intervenciones hacia un mundo en el cual la propiedad privada no amenace las potencialidades de la vida. Buscamos demostrar la constitución lúdica de su formación política y su poder transformador frente a experiencias violentas de segregación espacial y punición estatal.

Palabras clave:

nin@s, ludicidad, luchas por vivienda, Mercado Sul VIVE, movimientos contraculturales.

Properly Playing, Property Playing: children in occupying movements

ABSTRACT

The article reflects on children who, together with adults, struggle for another way of living in a territory known as Mercado Sul VIVE, in Taguatinga, Distrito Federal, Brazil. Based on an ethnographic work about their games, we explore the potentiality of their thoughts and interventions in a world where the private property should not hinder life's potentiality. We demonstrate the ludic constitution of their political formation and the transformative power playing has in the face of violent experiences of spatial segregation and State punishment.

Keywords:

children, playing, housing struggles, Mercado Sul VIVE, counterculture movements.

DATA DE RECEBIMENTO: 13/08/2021

DATA DE APROVAÇÃO: 19/01/2022



Raissa Menezes de Oliveira

Cientista social e doutoranda em Antropologia Social na Universidade de Brasília (UnB), Brasil. Desde a graduação, realiza investigações na área da antropologia da criança e atualmente pesquisa com crianças em ocupações urbanas.

E-mail: raissamo@gmail.com



Antonádia Monteiro Borges

Professora no Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Brasil. Desenvolve trabalho de campo no Brasil e África do Sul.

E-mail: antonadia@ufrj.br